

Análise sociológica sobre o impacto das mídias na comunicação escolar e nos vínculos didáticos

Júlia Satiro de Oliveira¹

306

Resumo

Analisa-se o impacto das redes sociais na comunicação educacional e na manutenção dos vínculos didáticos, e investiga-se como a linguagem coloquial das redes sociais, o capital cultural e a tecnofobia influenciam na relação entre professores e alunos. Numa pesquisa bibliográfica e documental, ancora-se na teoria de Pierre Bourdieu e em dados recentes sobre a cultura, a tecnologia e a educação brasileiros. Evidencia-se que a imposição da norma culta é barreira pedagógica violenta que marginalizar novas formas de expressão digital, como os memes. Revela-se que esses elementos, embora vistos com desconfiança, são potentes ferramentas de identificação, difusão cultural e fortalecimento de vínculos. Conclui-se que o professor deve transitar como mediador e curador do conhecimento entre a norma culta e os dialetos digitais para promover uma alfabetização emancipatória e multifacetada para que a escola se reconecte com a realidade social dos estudantes, mitigando os efeitos ruins da sociedade em rede.

Palavras-chave

Redes sociais; comunicação educacional; vínculos didáticos, identificação; memes.

Recebido em: 28/03/2026
Aprovado em: 08/04/2026

¹ Mestre em Direito pela PUC Minas (bolsista CAPES Mensalidade), pós-graduada em Direito Penal e Processual Penal pela IPEMIG, pós-graduanda em Inspeção Escolar pela IPEMIG, graduanda em Biblioteconomia pela UEMG, graduanda em História pela UNIFAVENI, bacharel em Direito pela PUC Minas, professora da rede pública estadual de ensino de Minas Gerais, formação complementar em Sociologia pela IPEMIG, advogada criminal. E-mail: julia.satiro@educacao.mg.gov.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3807-3064>.

Sociological analysis of the impact of media on school communication and teaching methods

Abstract

This study analyzes the impact of social media on educational communication and the maintenance of didactic bonds, and investigates how the colloquial language of social networks, cultural capital, and technophobia influence the relationship between teachers and students. Based on bibliographic and documentary research, it draws on the theory of Pierre Bourdieu and recent data on Brazilian culture, technology, and education. It reveals that the imposition of standard language is a violent pedagogical barrier that marginalizes new forms of digital expression, such as memes. It shows that these elements, although viewed with suspicion, are powerful tools for identification, cultural diffusion, and strengthening bonds. It concludes that the teacher must act as a mediator and curator of knowledge between standard language and digital dialects to promote emancipatory and multifaceted literacy so that the school reconnects with the social reality of students, mitigating the negative effects of the networked society.

307

Keywords

Social networks; educational communication; didactic links, identification; memes.

Análise sociológica sobre o impacto das mídias na comunicação escolar e nos vínculos didáticos

Introdução

A contemporaneidade é amplamente definida pela digitalização, procedimento que reconfigurou muitas das formas de socialização, e, também, os processos de ensino-aprendizagem. Nesse cenário, as redes sociais deixaram de ser apenas um espaço de entretenimento para comporem eixos centrais da comunicação humana. No Brasil, esse fenômeno é evidenciado pelas pesquisas sobre informatização que contrastam com a diminuição da população leitora. A partir disso, ignorar essa realidade geraria o risco de tornar a educação em obsoleta e desconectada.

Diante da quase onipresença dos dispositivos digitais e da coloquialização da linguagem nas redes sociais, surge a questão: de que maneira o impacto tecnológico altera a manutenção dos vínculos didáticos e como a escola pode mediar essa relação sem sucumbir à tecnofobia?

O objetivo, nesse sentido, é analisar brevemente a influência das redes sociais no ambiente escolar e nos vínculos entre professores e alunos. Para tanto, buscou-se identificar as barreiras pedagógicas verificadas pela resistência tecnológica docente, discutir o maniqueísmo elitista estabelecido entre a norma culta e as novas expressões digitais, e avaliar como o capital cultural influencia a recepção crítica da informação que surge a partir do ambiente digital.

A relevância deste trabalho está na urgência de se repensar o papel do professor enquanto mediador em uma sociedade em rede. A educação emancipatória exige que a escola não apenas utilize a tecnologia, mas que a compreenda como um novo dialeto social. Ao investigar fenômenos como o uso de memes e a desinformação sob a ótica de Pierre Bourdieu, oferece-se subsídios críticos para que a prática docente supere dicotomias simplistas e promova um letramento digital capaz de fortalecer o vínculo didático e a formação cidadã no século XXI.

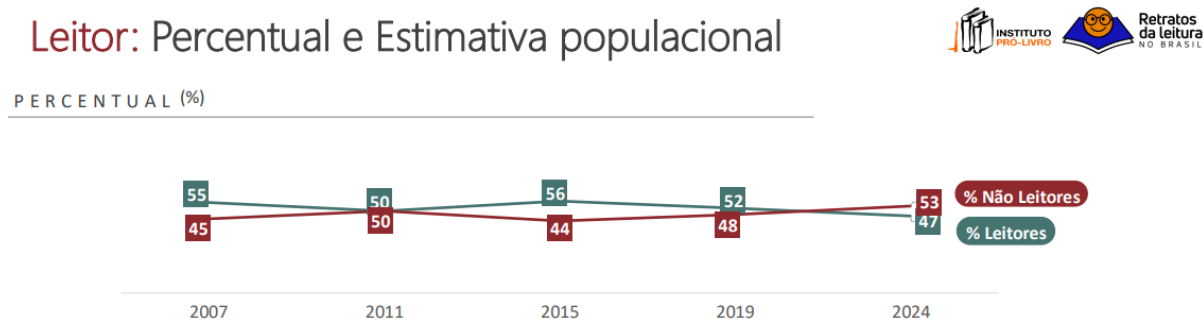
Coloquialismo Versus Língua Culta

No que tange à comunicação, especificamente em relação à linguagem formal, estudos recentes comprovam que mais da metade da população do Brasil não lê livros. A pesquisa, que tem abrangência geográfica nacional, cuja

amostragem englobou 208 municípios brasileiros, entrevistando 5504 pessoas entre abril e julho de 2024, traz como percentual e estimativa populacional 53% de não leitores e 47% de leitores. A definição de leitor “é aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro de qualquer gênero, impresso ou digital, nos últimos 3 meses” (Ministério da Cultura, 2024, p. 14-15).

O gráfico demonstra que, desde 2007, em 2024 foi a primeira vez que o número de não leitores ultrapassa o número de leitores. Paralelamente, o Brasil registra 1,2 smartphone por habitante, totalizando 258 milhões de celulares inteligentes em uso no país segundo a 35ª edição da Pesquisa Anual do Centro de Tecnologia de Informação Aplicada (FGVcia) sobre o Mercado Brasileiro de TI e Uso nas Empresas (Meirelles, 2025a).

Figura 1:



Fonte: Ministério da Cultura, 2024, p. 15.

Deixar de vincular essas informações seria um tanto ingênuo, principalmente quando se considera o crescimento do tempo de uso e funções das redes sociais ao longo dos anos:

Em 2006, surgiram as redes sociais e o Orkut tornou-se o preferido dos internautas. Logo depois, outras redes sociais como, por exemplo, o Facebook, Blog e o Twitter. Essas Redes Sociais fazem parte do cotidiano da maioria dos usuários da internet e são utilizadas para vários fins como: obtenção do perfil de um usuário por revelar traços de comportamento e isso é aproveitado até para uma seleção de emprego, para interesses pessoais, formação de grupos de estudo, como também descoberta de novos amigos ou novas informações sobre determinado assunto (Silva, Serafim, 2016, p.67).

De tal sorte, vive-se e enfrenta-se os desafios do que se denomina como “sociedade em rede”, a qual é caracterizada por fluxos de informação que ultrapassam fronteiras físicas em tempo real. Essa era digital transformou a linguagem, tornando-a rápida, fragmentada e multimodal, abrangendo e

integrando textos, imagens, vídeos, bem como os famigerados emojis, hashtags e memes.

Assim sendo, a comunicação contemporânea redefiniu as formas de interação e a produção de sentidos, aprofundando o hibridismo linguístico, no qual a comunicação na internet permite uma língua escrita mais “oralizada”, ou evidenciada pelo uso de onomatopeias (como “kkkk”), pela repetição de vogais e pelo uso de emoticons ou figurinhas para ampliar o sentido emocional das mensagens – o que gerou consequências em quase todos os campos, mas principalmente no campo da educação.

O Apego à Norma Culta

Não se pode olvidar do cuidado ético-linguístico quando da abordagem de coloquialismos, gírias e outras formas de comunicação. A linguagem é indiscutivelmente importante para as relações humanas, e, apesar de existirem critérios que determinam o que configura a norma culta, outras formas de expressão e símbolos são igualmente importantes nos contextos corretos. A literatura frequentemente utiliza variações linguísticas, sotaques e gírias para conferir verossimilhança e profundidade aos personagens e cenários.

Apesar disso, “há ainda aqueles que valorizam a norma padrão em detrimento das outras variantes linguísticas” (Barbosa; Seabra e Silva, 2017, p. 1). Sobre esse tópico, traz-se à colação o texto “Norma, a culta” de Eduardo Affonso, conto que critica a postura rígida diante das inúmeras possibilidades de expressões linguísticas:

Ela tem idade indefinível: está naquele limbo etário do entreaberto caixão, entrefechada cova. Foi, por décadas, professora de português – da geração que não admitia oração começada por pronome oblíquo, exigia mesóclises e (pasmе!) dominava a regra do hífen. Aposentada (a contragosto), Norma Ferro passou a se dedicar, em horário integral, a copidescar (verbo que ela odeia) os clássicos. **Sim, porque os mestres também erram.** Sua edição de “Dom Casmurro” traz sublinhados, com caneta vermelha, os trechos “Antes dela ir para o colégio” e “são sempre melhor ensinadas naquelas casas” – e, à margem, as correções: “Com efeito, Joaquim Maria! “Antes DE ELA ir para o Colégio”. Onde já se viu sujeito preposicionado?” “Homessa! Usar o advérbio “melhor” como comparativo de superioridade antes de particípio é o fim da picada! Tome tento, sr. Machado! “São sempre MAIS BEM ensinadas”, está ouvindo?” Machado, já morto, não ouviu. Mas Guimarães Rosa deve ter recebido a missiva em que d. Norma reescrevia frases inteiras, deixando-as “mais conformes às regras do bom redigir”. [...]

– Não ficou muito melhor, dr. João Guimarães? – perguntava, retoricamente, antes de apor sua assinatura (porque ela não assinava: apunha a assinatura).

Escreveu a vários laureados com o Prêmio Nobel: “Sr. Gabriel, **Muito apreciei sua obra “Cem anos de solidão”. Porém, achei-a assaz confusa, o que pode afastar leitores mais exigentes. Apresento-lhe algumas sugestões de melhoria que, como o senhor parece ser uma pessoa inteligente, há de acatar:** Começar a narrativa expondo o que vai acontecer no desfecho é – francamente! – um disparate. Qual a graça de se ler o livro se, já na primeira linha, o senhor adianta que o protagonista será fuzilado? [...] (AFFONSO, 2024, grifos nossos).

Leitor atento percebe que o conto explora as diferenças entre a tradição gramatical e a linguagem popular, narrando de forma irônica e bem-humorada o apego de “Norma Ferro” pela correte formal. Nesse sentido, as ações da professora aposentada apontavam desvios de ordem gramaticam sem avaliar o conteúdo das obras, obras estas cujas expressões, gírias e transcrições de oralidade carregavam o peso simbólico dos contextos culturais e históricos por elas abordados.

Em sua soberba linguística, a protagonista tecia comentários depreciativos sobre a escrita de autores que tinham trabalhos premiados – o que traz à baila o que chamamos de preconceito linguístico, um problema real que não se restringe apenas ao conto: “O preconceito linguístico parte do pressuposto ‘eu sei, você não sabe’. Logo, não se trata de questão linguística, mas social. Praticamente uma luta de classes, um caso clássico de intolerância” (Affonso, 2019). É nesse ponto que a teoria de Pierre Bourdieu sobre o capital cultural entra em voga.

A Norma Culta e o Capital Social

A aplicação da norma culta de forma cega ao contexto pode ser compreendida como violência simbólica, a partir da qual se impõe um "arbitrário cultural dominante" sobre a liberdade de expressão e a identidade dos autores, bem como sobre o tipo de mensagem que se quer transmitir para os leitores. Inicialmente, isso gera a descaracterização do estilo dos autores, vez que a aplicação cega da gramática normativa pode destruir a estética original de uma obra, escondendo-se a subjetividade e a inovação linguística que definem esses autores. Por consequência, diante da exigência de uma linguagem estritamente escolarizada, ignoram-se os diferentes referenciais de conhecimento (populares, regionais ou artísticos), transformando a diversidade cultural em algo incorreto, ou pior.

Segundo a perspectiva de capital cultural de Pierre Bourdieu, a norma culta funcionaria como uma ferramenta que as classes dominantes utilizam para acentuar distinções sociais (DO1 – Capital Cultural, 2012). No contexto escolar e literário, a exigência de uma estrutura gramatical rígida atua como um instrumento de dominação, marginalizando expressões que não estão na lista dos códigos valorizados pela elite e, conseqüentemente, pela escola.

Essa postura acaba por uniformizar forçadamente o pensamento, já que intervém em mecanismos de mediação simbólica que ajudam a construir a realidade e a identidade. Daí a aplicação rígida da norma culta da língua impõe uma visão de mundo unificada e homogênea, funcionando como um "cimento social" que tenta impedir a subversão da ordem estabelecida e o florescimento de novas formas de pensar e agir:

A língua é parte da sua identidade. Ao fazer tsk tsk tsk para o seu “eu truce menas caixas de iorgute; é pra mim ir buscá as que falta?”, o opressor linguístico está rejeitando você – não sua sintaxe – e **excluindo-o da comunidade**. Para disfarçar o preconceito e fazer a egípcia na opressão, usa-se a grande falácia chamada “erro de português” – que consiste em desqualificar os usos não previstos nas gramáticas e nos dicionários. **Ora, ora, quem escreve gramáticas e dicionários é a elite. É ela que define o que é certo e errado, olhando o mundo do alto da pirâmide social, enquanto você se esfalga lá embaixo no deserto da ortografia**, suando em bicas sob o sol inclemente das concordâncias, queimando a sola do pé na areia quente das regências, sedento feito um camelo disléxico, sem entender o que seja um subjuntivo, um vocativo ou para que diabos sirva o ponto e vírgula (Affonso, 2019, grifos nossos).

Com a popularização da internet, surgiram, então, novos coloquialismos, e novas possibilidades de segregação a partir deles. Silva e Serafim (2016, p. 95) defendem que os alunos da escola pública, no que tange à inclusão digital, não estão em desvantagem em relação à escola particular, pois 10% dos alunos da rede particular nunca acessa a Internet. Em suas pesquisas, todos os alunos entrevistados participam de alguma rede social.

Com base no conceito de capital social (DO1 – Capital Cultural, 2012), se a internet agora é um bem ou serviço acessível a quase todos, precisa-se, novamente, estabelecer o que merece crédito e o que não merece. Segundo Dantas (2022), os usos da língua em ambientes virtuais não podem ser ignorados pelas investigações linguísticas, então o recorte desse artigo se volta para uma espécie desse gênero linguístico, que são as expressões usadas no mundo virtual, e a principal delas são os memes.

Os memes

Os memes, atualmente reconhecidos como um fenômeno da linguagem, são tanto peças humorísticas da internet quanto um meio de formação e difusão da cultura (Teixeira, 2025, p. 253). A autora defende que eles se tornaram uma forma de comunicação tão eficaz que consegue superar, com facilidade, barreiras linguísticas e culturais. Dantas (2022, p. 62-63) destaca que é reducionista a definição de meme que considera que tal gênero discursivo quer apenas gerar humor. Elemento essencial para o entendimento dos memes é a identificação, por parte dos destinatários, de temáticas recorrentes ou corriqueiras em suas vidas, de fatos históricos, de assuntos específicos ou não etc.

O autor aponta que as temáticas dos memes são ilimitadas, e as finalidades discursivas atribuídas ao gênero também. Sua extrema flexibilidade usa e abusa de recursos linguísticos, não-linguísticos e recriações, com relativa estabilidade, ao passo em que ele mistura regularidade com liberdade para transformar e ressignificar. Diante dessa natureza multifacetada, os memes podem funcionar como instrumento de desinformação:

Os memes têm uma notável capacidade de se popularizar, pois captam as complexidades da experiência humana de forma sucinta, frequentemente engraçada e com uma linguagem mais divertida, rápida e de fácil entendimento. Eles oferecem uma perspectiva pela qual podemos analisar as sutilezas da vida cotidiana e acessar temas como política, cultura pop e eventos globais. **Contudo, essa simplicidade na criação e disseminação também traz desafios significativos em relação à propagação de informações falsas (fake news). Sendo um tipo de conteúdo bastante compartilhável, os memes podem se transformar em veículos para a disseminação de informações incorretas,** sejam elas intencionais ou não, alcançando rapidamente um grande público global (Teixeira, 2025, p. 253-254).

Defende-se que os memes não podem ser os exclusivos culpados da disseminação de desinformação, se é que seria possível fazer isso contra qualquer instrumento de linguagem. Assim como uma faca que pode ser usada para preparar o almoço e/ou esfaquear alguém, o meme é mero receptáculo oco da mensagem que se quer transmitir preenchido pelo conteúdo que o comunicador pretende disseminar. A responsabilização pelo espalhamento de falsas informações só se pode atribuir a quem teve a vontade de fazê-lo, e não ao instrumento per si.

Lado outro, quando se trata do contexto digital, não se pode ignorar um problema relevante que resvala nas ramificações desse campo: a tecnofobia.

A tecnofobia

A tecnofobia é definida como “uma aversão as tecnologias ou um medo exagerado que impede o uso de aparelhos tecnológicos por uma pessoa”. Os autores que pesquisam sobre a tecnologia apontam para uma crescente digitalização da sociedade, digitalização esta que não é acompanhada pela escola, informando Coelho (2016, p. 8) que as críticas se voltam para uma resistência dos docentes, os quais atuam dentro de modelos que ainda focam mais no desenvolvimento das aulas do que na aprendizagem dos alunos. Elenca-se diversos motivos para a existência da tecnofobia:

[...] o pouco domínio das TDICs, ocasionado pela falta de formação; a influência de estereótipos sociais, resultado da falta de conhecimento das implicações das tecnologias para a sociedade; o caráter duvidoso dos efeitos educativos destes aparatos, fruto do desconhecimento de boas práticas educativas que os empregam; e os prejuízos laborais em potencial, advindos da crença de que o tempo dispensado em formação não compensa [...] (Coelho, 2016, p. 10).

Porém, Coelho (2016) desmentiu a vinculação de alguns fatores à tecnofobia, como, por exemplo, o fato de que a idade não era critério determinante para a existência da fobia. Isso afastaria argumentos como os que abordam um “conflito geracional”, dentro do qual existira um descompasso entre os “nativos digitais” (alunos que já nasceram imersos na tecnologia) e “imigrantes digitais” (professores que precisam se adaptar a essa nova linguagem), o que exige formação continuada e mudança de mentalidade docente. O ponto que se pretende atingir com esse tópico é provocar indagações acerca de como a tecnofobia pode influenciar, até mesmo, a legislação.

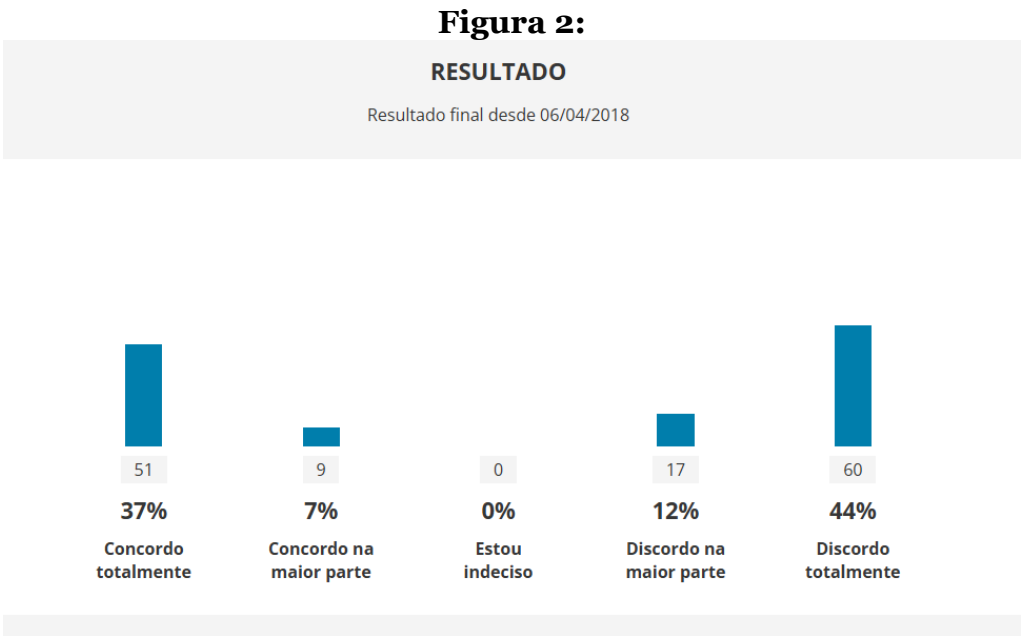
Os novos dilemas sobre o foco

Diversas pesquisas acusam os estímulos digitais de provocarem distração, tanto pelo achismo do dia-a-dia, quanto por pesquisas no campo da neurociência. Algumas delas vinculam a dopamina, neurotransmissor responsável por transmitir informações no cérebro, atrelada também às sensações de felicidade, prazer e motivação, ao uso de redes sociais:

[...] existem áreas do cérebro humano que são ligadas a um sistema de recompensa. Nesse sentido, aplicativos como o TikTok e o Instagram são responsáveis por ativar esse conjunto por meio dos seus vídeos e produzem uma sensação de satisfação momentânea (Bueno, 2024).

Como tudo acontece de forma rápida, a gratificação mental imediata torna o indivíduo mais conectado ao aplicativo, e os cientistas acusam que as habilidades dependentes do raciocínio, da atenção e da abstração sofrerão o baque posteriormente. O excesso de notificações, ou, até mesmo, o vício em dopamina, poderiam levar à dispersão da atenção e à superficialidade na aprendizagem. Somando-se isso aos dados de diminuição da leitura de livros, estaria esse método de disseminação cultural perdendo sua força diante dos atrativos imediatistas digitais?

Firmes argumentos dos malefícios dos smartphones fundamentam a edição e aprovação da Lei 15.100 de 13 de janeiro de 2025, a qual proíbe a utilização de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica (Brasil, 2025). Enquete que considera a opinião dos cidadãos, disponível para consulta no site da Câmara dos Deputados, mostra que o tema é, no mínimo, polêmico:



Fonte: Brasil, 2025.

Contudo, não é possível identificar na pesquisa quem discordava do texto que foi efetivamente aprovado, isso porque a votação começou quando o projeto ainda queria proibir o uso dos celulares nas instituições de ensino superior – o

que provocou a revolta de alguns maiores de 18 anos. Ademais, os “pontos negativos” que o site exhibe causam estranheza pela falta de argumentos lógicos, fundamentados tanto em achismos quanto em experiências pessoais generalizadoras (BRASIL, 2025). Alguns pontos levantados entram em conflito até com outras legislações, como a Consolidação das Leis do Trabalho, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Aprendizagem:

Figura 3:

PONTO NEGATIVO: Acabei de terminar o Ensino Médio e como recente aluno da educação Brasileira, digo que isso é uma escolha horrível. O governo deveria criar métodos de ensino realmente positivos com uma organização dos conteúdos e matérias. E não tentar fazer isso com a proibição do uso do celular, deveria ser ensinado nas escolas coisas realmente úteis sem precisar ter uma disciplina nova. Como estudante digo que não ter o uso do celular acaba estressando mais ainda principalmente para nós que trabalharemos.

👍 7

316

KAUE CARDIAS DOS SANTOS | 12/12/2024

Fonte: Brasil, 2025.

A decisão pela proibição não foi unânime, pois é possível consultar na aba de tramitação do Projeto de Lei 104/2015, que culminou na lei supracitada, pareceres divergentes das comissões.

A somatória dessas questões desagua na linguagem usada popularmente no mundo digital, precipuamente nos coloquialismos digitais denominados “memes”, que recebem uma “má-fama” simbólica diante de diversas nuances divergentes que geram inseguranças no processo de tomada de decisões do futuro educacional – isso porque a definição do capital cultural é um processo segregatório que optará por descredibilizar o que é acessível à grande maioria.

Não se prega aqui que a norma culta deva ser ignorada, apenas que sua aplicação não seja excessivamente rígida: escola deve ensinar a norma culta (como exige o mercado), mas deve reconhecer e validar os dialetos digitais como formas legítimas de comunicação para que o vínculo didático com o aluno “nativo digital” não se quebre.

Alterações Curriculares e Formação Continuada

Apesar disso, Braz Sobrinho et al (2024, p. 10, 12-13) afirmam que as mídias sociais enriquecem o processo de ensino-aprendizagem, bem como criam

um ambiente mais atrativo, dinâmico, lúdico e inclusivo para os alunos, e defendem maior adoção daquelas no campo educacional, de forma a aproveitar do que a tecnologia tem a oferecer, o que demandará uma relação mútua de recursos que contribuam para o crescimento intelectual dos discentes. Isso não abrange apenas as redes sociais, mas também aparelhos eletrônicos em geral como câmeras, computadores, jogos etc.

Nessa toada, concorda-se com Meirelles (2025b) quando ela apresenta a terceira via entre a tecnofilia e a tecnofobia: primeiro, deve-se investir de forma consistente na formação dos professores, não apenas inicial, mas também de forma continuada, de forma que eles tenham o domínio técnico das tecnologias atrelado à capacidade de realizar reflexões críticas, à criatividade pedagógica, e ao discernimento de agir conforme o contexto.

Assim como os memes não são essencialmente ruins, a tecnologia não gera transformações educacionais por si só. O elemento decisivo, mesmo enquanto mediador, continua sendo a figura do professor, cujas habilidades e compromisso ético serão investidos numa educação com foco na justiça e na emancipação dos cidadãos. Considerando todos os aspectos dessa celeuma, Bezerra, em 2018, já destacava que

[...] recai sobre o professor, uma enorme responsabilidade, uma vez que ele é o moderador do procedimento de ensino/ aprendizagem em sala de aula. **Para o professor da língua portuguesa, fica então, todo comprometimento em trabalhar com as linguagens, suas respectivas codificações e suas tecnologias como zona conciliadora da comunicação**, expressão oral e escrita no desenvolvimento de seus alunos. (Bezerra, 2019, p. 76, grifo nosso).

Setton, Rego e Pereira (2023), em análise de convergência dos pensamentos de Lev Vigotski e Pierre Bourdieu, afirmam que o sistema de ensino tem um grande papel na reconformação das condições de existência, vez que os teóricos, por meio da interdisciplinaridade, expandem a linha do pensamento tradicional indicando que os humanos são muito complexos para serem compreendidos por apenas uma área disciplinar. Os dois autores analisam os processos educativos e ou socializadores e como eles influenciam na construção de sujeitos conscientes, desde que isso seja possível conforme as condições sociais dadas. Para eles, a linguagem tem potencial transformador, as mediações simbólicas, mesmo que sempre correspondam a uma configuração determinada, podem produzir transformação, serem ressignificadas e apropriadas pelos

sujeitos, criando a oportunidade de mudar as desigualdades presentes nas condições de existência.

Assim sendo, o profissional da educação não pode concentrar os seus esforços de educação continuada nos tópicos definidos pela tradição normativista, e as instituições não podem exigir do profissional ou tomarem como válidas só as experiências que se concentrarem na norma culta. Isso porque essas novas formas de comunicação precisam ser compreendidas pelo professor para que ele faça uso delas em sala de aula.

A criação de vínculos didáticos eficazes hoje exige que o professor supere o modelo de aulas meramente expositivas e assuma o papel de curador do conhecimento, fundamentando-se em práticas de interacionismo sociodiscursivo, dentro do qual a aprendizagem é vista como um processo de interação humana e comunicativa, no qual o diálogo entre docente e discente constrói o conhecimento de forma partilhada.

Os memes, enquanto “potentes veículos de significado que dependem dos contextos cultural e social para serem compreendidos” (Teixeira, 2025, p. 261), carecem de inserção do ouvinte e do falante para que a mensagem seja transmitida. Faz-se necessária a alfabetização e o letramento digital dos envolvidos na relação educacional – para criar vínculos reais, é necessário que o professor e o aluno sejam “letrados digitais”, o que envolve a apropriação crítica e criativa da tecnologia, e não apenas o uso instrumental de equipamentos. Diante das novas gerações, certos exemplos não fazem o mesmo efeito de alguns anos atrás.

Essa inserção no meio digital, tornando-se os profissionais fluentes dialeto digital, inclusive nos memes, poderia gerar alguns ganhos na relação pedagógica, pois o vínculo didático se fortalece a partir do momento em que o professor estabelece situações de ensino que dialogam com a realidade digital dos estudantes, reconhecendo o potencial dessa comunicação nova, desenvolvida dentro das redes sociais, como espaço fértil para o pensamento crítico e a expressão criativa.

Ainda pulsa, porém, a atenção que Coelho (2016) chamou para a dificuldade no uso das ferramentas multimodais e síncronas quando comparadas com o uso das mídias assíncronas e mais analógicas. O autor relata que este talvez seja o único ponto no qual a geração do profissional pesa, vez que a pesquisa demonstrou que alguns professores ainda têm dificuldade na compreensão do

raciocínio multitarefas do nativo digital, dilema para o qual ele deixa a resposta em aberto, cogitando se o tempo e/ou a formação continuada serão capazes de resolver.

Considerações Finais

Conclui-se que a linguagem digital alterou as interações humanas e a produção de sentido, gerando consequências diretas no campo educacional. Existe uma certa resistência institucional e docente diante da necessidade de integração das tecnologias, muitas vezes manifestada como tecnofobia, e fundamentada na falta de formação ou em estereótipos sociais, que distancia a escola de modelos de aprendizagem que dialoguem com a realidade dos "nativos digitais".

Isso, porém, serve a um propósito segregatório: a análise com base na teoria do capital cultural de Pierre Bourdieu demonstra que a exigência de uma norma culta rígida e descontextualizada diante dos coloquialismos, precipuamente aqui os digitais, pode atuar como um instrumento de dominação e violência simbólica, marginalizando expressões populares e novas formas de comunicação, como os memes – os quais, por sua maleabilidade e usabilidade, geram mais identificação entre os comunicadores. Tem-se que o meme sem mediação é ruído, mas o meme como objeto de estudo é linguagem coloquial legitimada pela educação enquanto ferramenta de comunicação a ser analisada e criticada.

Reforça-se que a tecnologia não gera transformações educacionais por si só; e o elemento decisivo ainda é a figura do professor. O fortalecimento do vínculo didático exige que o profissional da educação supere o modelo de aulas meramente expositivas e busque uma alfabetização e um letramento digital crítico, tornando-se fluente nos novos dialetos digitais para promover uma educação emancipatória e condizente com a sociedade em rede – o que carece de investimento e alteração de paradigmas institucionais.

Referências

AFFONSO, Eduardo. *Norma, a culta*. VejaRio, Lu Lacerda, 29 dez. 2024. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/coluna/lu-lacerda/cronica-por-eduardo-affonso-norma-a-culta/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

AFFONSO, Eduardo. *Preconceito linguístico*. 5. jun. 2019. Disponível em: <https://tianeysa.wordpress.com/2019/06/05/preconceito-linguistico/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

BARBOSA, Alexsandro de Oliveira; SEABRA, Adrina de Oliveira Chagas; SILVA, Maria do Livramento Paula da. *As normas padrão, culta e coloquial em artigos de opinião na Revista Nova Escola*. In: Anais do IV Congresso Nacional de Educação CONEDU. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO_EV073_MD1_SA8_ID10265_16102017233107.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. *Lei nº 15.100 de 13 de janeiro de 2025*. Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica. Diário Oficial da União, 14 jan. 2025, 9. ed. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-15.100-de-13-de-janeiro-de-2025-606772935>. Acesso em: 14 jan. 2026.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 104 de 2015*. Proíbe o uso de aparelhos eletrônicos portáteis nas salas de aula dos estabelecimentos de educação básica e superior. Autor: Alceu Moreira – PMDB/RS, 03 fev. 2015. [2025]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=945492> Acesso em: 14 jan. 2026.

BRAZ SOBRINHO, Benedito; MARQUES; Carolina Dutra; AZEVEDO, Daniela Malta de; BENÍCIO DE SÁ, Gilmara; CAVALCANTI, Glaucya Teixeira; AMORIM; Lindoracy Almeida Santos; MENDES, Santana Aparecida Ferreira; SILVA, Tatiana Petúlia Araújo da. *Impacto das redes sociais na educação: como as mídias sociais influenciam o aprendizado*. Revista Foco (Interdisciplinary Studies), v. 17, n. 1, p. 01-14, Curitiba (2024). Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/4121/2900>. Acesso em: 08 out. 2025.

BUENO, Felipe. *Gratificação rápida é um dos fatores que podem explicar a dependência das redes sociais*. *Jornal da USP no Ar*, Atualidades, Rádio USP, 1 ed. 09 jan. 2024, atual. 24 jan. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/gratificacao-rapida-e-um-dos-fatores-que-podem-explicar-a-dependencia-das-redes-sociais/>. Acesso em: 15 dez. 2025.

COELHO, Gabriel Souza. *Tecnofobia docente: da incidência à excedência*. Universidade Federal de Santa Catarina (Curso de Especialização em Educação na Cultura Digital). Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/168762/TCC-Coelho.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 dez. 2025.

Do1 – Capital Cultural. (4min52s). *Canal UNIVESP, YouTube*, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a3eO6-D4nHo>. Acesso em: 30 out. 2025.

DANTAS, Thales Fernandes. *Um estudo do gênero discursivo meme*. Universidade Federal da Paraíba (Licenciatura). João Pessoa, 2022. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Orientação de Socorro Cláudia Tavares Sousa. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/24352/1/TFD%2029.08.2022.pdf> Acesso em: 14 jan. 2026.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Retratos da Leitura no Brasil*. 6. ed. Instituto Pró-Livro, 2024. Coord. Zoara Failla. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2024/11/Apresentac%CC%A7a%CC%83o_Retratos_da_Leitura_2024_13-11_SITE.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

MEIRELLES, Fernando S. Pesquisa de Uso de TI – *Tecnologia de Informação*. FGV EAESP, 36. ed. FGVcia, 2025. Disponível em: https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u68/pesti_fgvcia_2025.pdf. Acesso em: 10 out. 2025a.

MEIRELLES, Gabriela Vieira de Campos. *A formação docente na era digital: por uma terceira via entre a tecnofilia e a tecnofobia*. Revista de Educação à Distância, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. X-XX, abr./jun. 2025. Disponível em: <https://wyden.periodicoscientificos.com.br/index.php/READ/article/view/1214/882>. Acesso em: 9 nov. 2025.

SETTON, Maria da Graça Jacintho; REGO, Teresa Cristina; PEREIRA, Wellington de Carvalho. Lev Vigotski e Pierre Bourdieu: *O poder da linguagem*. Comunicação & Educação, ano XXVIII, n. 1, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://revistas.usp.br/comueduc/article/view/211615/196129>. Acesso em: 11 nov. 2025.

SILVA, FS., and SERAFIM, ML. *Redes sociais no processo de ensino e aprendizagem: com a palavra o adolescente*. In: SOUSA, RP., et al., orgs. Teorias e práticas em tecnologias educacionais [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016, pp. 67-98. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/fp86k/pdf/sousa-9788578793005-04.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2026.

TEIXEIRA, Maria Gabriela Brandi. Memes: análise da intertextualidade na comunicação. *Cadernos de Pós-graduação em Letras*, v. 25, n. 2, p. 252-263, maio/ago. 2025. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgl/article/view/17809/12889>. Acesso em: 13 jan. 2026.